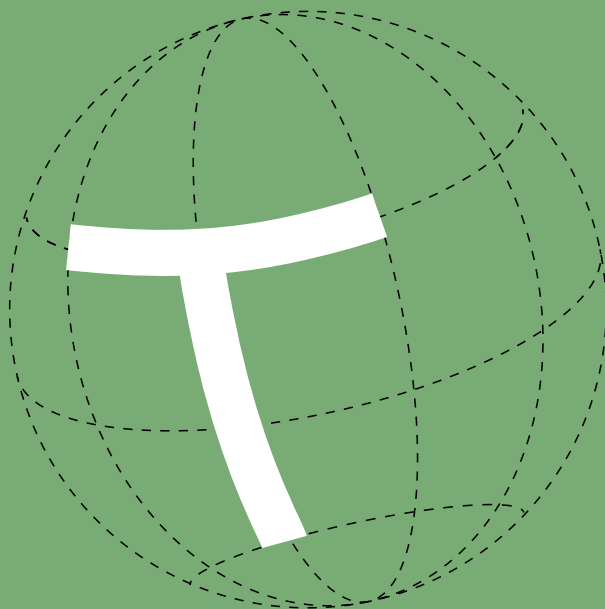


TERRITÓRIOS EM CONFLITO **6**

**O ASSALTO DO PODER
CORPORATIVO AOS TERRITÓRIOS**
ELEMENTOS-CHAVE PARA
UMA RESISTÊNCIA POPULAR
FRENTE AOS MEGAPROJETOS

Gonzalo Fernández Ortiz de Zárate



Este material foi extraído da publicação digital *Territórios em conflito. Chaves para a construção de alternativas de vida*, da coleção Rede Gernika.

© Jokin Alberdi, Isabel Casimiro, Teresa Cunha, Alfonso Dubois, Gonzalo Fernández, Yolanda Jubeto, Mertxe Larrañaga, María Oianguren e Luísa de Pinho Valle, 2019

© Associação de Investigação pela Paz Gernika Gogoratuz, 2019
Artekalea, 1-1.º • 48300 Gernika-Lumo
Tel.: 946 25 35 58
Correio eletrónico: info@gernikagogoratuz.org
<http://www.gernikagogoratuz.org>

6

O ASSALTO DO PODER CORPORATIVO AOS TERRITÓRIOS ELEMENTOS-CHAVE PARA UMA RESISTÊNCIA POPULAR FRENTE AOS MEGAPROJETOS

Gonzalo Fernández Ortiz de Zárate

Gonzalo Fernández Ortiz de Zárate é licenciado em Economia pela Universidade do País Basco (UPV/EHU). Atualmente é coordenador da Paz com Dignidade-Euskadi e investigador no Observatório de Multinacionais na América Latina (OMAL). Autor de várias publicações, entre as quais *Alternativas al poder corporativo. 20 propuestas para una agenda de transición en disputa con las empresas transnacionales* e *Mercado o democracia*. Participa ativamente na plataforma basca de solidariedade internacional Elkartasuna Eraldatuz, assim como no grupo de

investigação Parte Hartuz Amerika Latina da
UPV/EHU. Foi coordenador geral do Instituto Hegoa. Diplomado
em Estudos Avançados no Programa de Doutoramento
Transformações no Panorama Económico Atual e Implicações na
Problemática do Desenvolvimento Norte-Sul (UPV/EHU).

Hoje em dia, ninguém põe em dúvida o poder que as empresas transnacionais acumulam: transcendem o económico para também se projetar no cultural, no político e no jurídico. Deste modo, as multinacionais converteram-se no núcleo central de uma rede que, juntamente com as múltiplas instituições locais, estatais e multilaterais, constituem um *poder corporativo* capaz de protagonizar, defender e impulsionar o sistema vigente em todas as suas facetas. Este atravessa um momento especialmente crítico devido às escassas expectativas de crescimento económico para as próximas décadas, à alteração climática, e ao esgotamento de materiais e fontes estratégicas de energia fóssil. Como impulsionar um novo ciclo de acumulação, como fazê-lo com uma base física drasticamente menor e, além do mais, num contexto de crescente vulnerabilidade climática e financeira, convertem-se simultaneamente no seu grande desafio e na sua principal paradoxo.

Para a enfrentar, o poder corporativo renova o seu programa numa tentativa desesperada por adaptar a reprodução do capital a estas condições sem precedentes históricos. As transnacionais impulsionam assim o *projeto de capitalismo do século XXI*, que se traduz numa virulenta ofensiva comercial à escala global. Caso o capital não encontre caminhos estáveis e crescentes de acumulação, qualquer obstáculo setorial, político e geográfico, todavia vigente ao comércio e à inversão internacional, deve ser derrubado, bloqueando um mercado autorregulado e ultra regulado em seu favor. Independentemente da dita ofensiva, como se observa cada vez mais nitidamente, nos conduzir ao desgoverno, ao abismo social e ao colapso ecológico, inclusive, pondo seriamente em perigo a vida no planeta.

Neste contexto de agravamento exponencial da discussão entre o capital e a vida, os *territórios* emergem como espaços estratégicos para a luta política. Bens naturais, energia, urbanismo, alimentação, serviços, compra pública, etc. (setores com um forte enraizamento local), são nichos de mercado especialmente favoráveis no programa do capitalismo

do século XXI. Nestes âmbitos, as grandes empresas desenvolvem e planificam de maneira sistemática, *megaprojetos* de toda espécie, convertidos na ferramenta fundamental do ataque corporativo aos territórios. O local integra por um lado, o lugar onde desenvolvemos as nossas estratégias de vida de maneira quotidiana, e por outro, o espaço onde prioritariamente se implementa o atual programa do capital.

Partindo desta condição, o objeto do presente artigo consiste na priorização de uma série de princípios políticos que reforçam as resistências populares aos *megaprojetos*, em defesa da vida. Estas partem de um marco de referência que prioriza uma série de *capacidades coletivas*, que deem resposta tanto ao contexto global vigente como à trajetória de luta de povos, comunidades e movimentos sociais face às grandes empresas. Neste sentido, destacamos a capacidade para implementar uma *abordagem de transição*, que alie o quotidiano a um futuro e uma narrativa de transformação radical; a capacidade para situar *visões inclusivas*, nos termos de intersecção de propostas teóricas políticas, agentes e escalas; e a capacidade para fortalecer a *resiliência* do movimento popular, numa discussão a todos os níveis e numa perspetiva temporal a médio e longo prazo.

Estas três capacidades estão por um lado, presentes no nosso marco de referência pelas *epistemologias do Sul*, dando voz àquelas sem voz —sociologia das ausências—; analisando a potencialidade e o dinamismo das suas propostas para além do seu carácter parcial ou larval —sociologia das emergências—, e por outro lado, facilitam o intercâmbio de experiências entre contextos e diversos sujeitos na construção de programas comuns —ecologia de conhecimentos—.

Finalmente, iniciaremos o presente artigo explicando algumas características do contexto global vigente. No segundo artigo expomos o nosso marco de referência para que, no seguinte, se desenvolvam os princípios políticos que derivam do mesmo e que, na nossa opinião, são estratégicos para abordar, hoje em dia, as resistências populares aos megaprojetos.

CAPITALISMO DO SÉCULO XXI: TRANSNACIONAIS, TERRITÓRIOS, MEGAPROJETOS

Na atualidade, as empresas transnacionais dispõem de um poder sem precedentes. A globalização neoliberal permitiu a ampliação da sua hegemonia económica, ao situá-las na liderança das principais cadeias

6. O ASSALTO DO PODER CORPORATIVO AOS TERRITÓRIOS

globais de produção, extração, tecnologia, finanças, comércio e distribuição. Deste modo, o controlo de mercado que exercem é indiscutível. Caso se comparassem os ingressos anuais das empresas com o produto interior bruto dos países —exercício academicamente não rigoroso, mas com grande capacidade pedagógica—, poderia verificar-se como, das 100 entidades económicas maiores do mundo, 69 são empresas e apenas 31 são Estados (Global Justice Now, 2016).

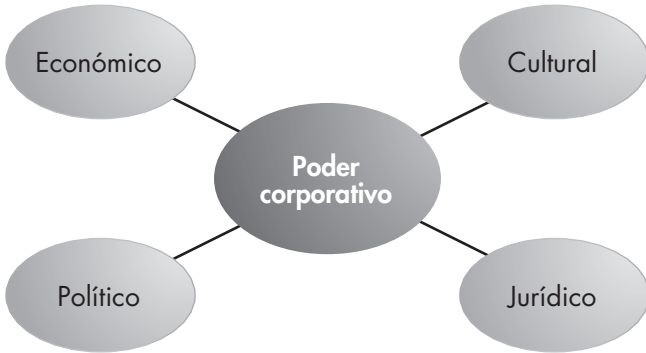
Além do mais, esta hegemonia económica projeta-se no cultural, garantindo um relato *mainstream* de acordo com os valores e as perspectivas das multinacionais. O crescente manuseamento empresarial da informação, da comunicação e do conhecimento, favorece o posicionamento de imaginários: que destacam a relevância estratégica das grandes empresas e os efeitos positivos do seu funcionamento —inversão, criação de emprego, transferência tecnológica, etc.—; em sentido contrário, ocultam os sistemáticos impactos negativos da sua atividade, justificados como casos isolados quando não é possível negar a sua evidência; fomentam um modelo de sociedade de acordo com os seus interesses —individualista, consumista, politicamente indolente—; e inoculam, por último, novos referentes sociais supostamente amáveis, que contribuem a desativar conflitos e a disfarçar desigualdades e injustiças —empreendedorismo, economia colaborativa, etc.—.

O círculo completa-se com uma blindagem política jurídica à sua medida. Por um lado, é moldada uma governação mundial que prima os âmbitos, regional e multilateral, como um espaço para a tomada de decisões, afastados da cidadania e de mais fácil infiltração para as grandes empresas. Limita-se, no sentido contrário, o papel dos Estados, cuja autonomia em defesa do interesse geral, sofre uma enorme pressão corporativa em forma de lóbi, portas giratórias, corrupção, etc. Por outro lado, gera-se toda uma arquitetura da impunidade a favor das multinacionais, que evidencia a primazia jurídica da *lex mercatória* —acordos comerciais, tratados de investimento, planos de acertos, contratos internacionais, etc.—, sobre os direitos humanos e a soberania popular (Hernández e Ramiro, 2015).

Finalmente, as empresas transnacionais, juntamente com a rede de instituições de todo o tipo que cooperam no seu próprio programa, constituem um *poder corporativo* que protagoniza o sistema em vigor, abrangendo o espetro completo das nossas vidas (veja a figura 1).

Um sistema, contudo, em profunda crise. Na atualidade, Apesar da listagem cada vez mais extensa de pessoas multimilionárias, assim como dos grandes benefícios que ostentam as principais corporações,

FIGURA 1. PODER CORPORATIVO



Fonte: *Elaboração própria.*

estas não encontram formas estáveis e apropriadas de reproduzir o enorme capital excedente, gerado nesta fase de ultra financeirização. Neste sentido, as expectativas de lucro e crescimento económico são pouco promissoras, pelo menos nas próximas quatro décadas (OCDE, 2014). Para além disso, o desafio de reverter esta situação será produzido num contexto particularmente crítico: em primeiro lugar, a instabilidade financeira que deu origem à explosão de 2008, não foi de todo resolvida. Pelo contrário, as bolhas de dívida, créditos, derivados e futuros não param de aumentar (sem regulamento nenhum que lhe faça frente, como parecia verificar-se há uma década atrás) definindo as condições para novos *cracks* num futuro próximo. Segundo, a base física na qual o sistema opera será reduzida inevitavelmente: no âmbito da energia chegamos ao bico do petróleo, e nos próximos anos chegaremos ao do carvão e do gás. Dentro da dinâmica capitalista, a correlação entre crescimento e consumo de materiais e energia sempre foi positiva, pelo que parece pouco provável uma nova onda expansiva com menos recursos físicos; terceiro e último, enfrentamos a uma realidade de vulnerabilidade climática severa —em 2018 atingiu-se o recorde de emissões de carbono na atmosfera, apesar dos acordos de Paris—, epicentro de mais de 70 % dos conflitos atuais no mundo, segundo as Nações Unidas.

Encontrar espaços de reprodução para o atual excedente económico, sem grandes expectativas de crescimento, com uma base física minguante e num contexto de vulnerabilidade climática e financeira,

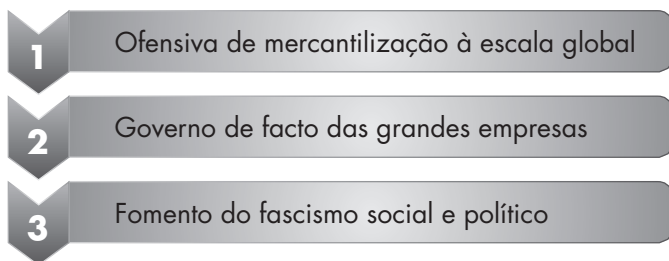
é a encruzilhada que enfrenta o poder corporativo comandado pelas empresas transnacionais.

■ Projeto de capitalismo do século XXI

Neste sentido, as elites globais impulsionam um novo programa hegemónico que, mantendo e inclusivamente enfatizando a aposta mercantil e corporativa, visa a eliminação de qualquer obstáculo ao fluxo *natural* do comércio internacional e ao investimento estrangeiro. Que transforme tudo para que nada se transforme. Procura realizar, sob novos parâmetros, o velho sonho de globalização de um mercado auto e ultra regulado, desmantelando deste modo os vestígios do modelo de capitalismo impulsionado após a segunda guerra mundial – fundamentalmente no norte global – com base em Estados-nação, com um certo grau de capacidade de intervenção e regulação. Elaboram assim um *projeto de capitalismo do século XXI* (Fernández, 2018a), com apostas específicas e complementares no económico, político e cultural (veja a figura 2).

No plano económico, lança-se uma ofensiva de mercantilização à escala mundial, de maneira a que já nada fique fora do raio de ação das empresas transnacionais. Por um lado, impulsiona-se a quarta revolução industrial¹ (digitalização, inteligência artificial, *big data*, internet

FIGURA 2. CAPITALISMO DO SÉCULO XXI



Fonte: **Elaboração própria.**

1. Este processo não constitui um mero processo tecnológico, mas também é um fenómeno político dentro do marco do sistema em vigor. Deste modo poderia igualmente ser denominado como *capitalismo cognitivo*, no qual os dados, o conhecimento, convertem-se numa das principais matérias-primas de acumulação. Mantemos no texto a denominação hegemónica em termos de uma melhor identificação.

das coisas, etc.), através da qual se espera gerar uma nova onda expansiva de produtividade, investimento, emprego e consumo. Apesar de ser mais que questionável a viabilidade deste projeto, em qualquer dos casos podemos afirmar: que vai alterar a matriz económica global com base de novas lógicas tecnológicas; tendo incubado mega empresas de alcance e tamanho nunca visto até ao momento (Google-Alphabet, Amazon, Facebook, Alibaba, etc.); e que possibilita a extensão da fronteira mercantil capitalista, tanto no âmbito do quotidiano (Uber, Airbnb, Blablacar, etc.) como no desenvolvimento de serviços modernos (segurança, prevenção sanitária, mobilidade e muitos outros mais, ainda por se desenvolverem). Por outro, explora-se totalmente as fontes clássicas de lucro, *uberização* laboral por um lado e blindagem de um mercado financeiro desregulado por outro, e procura diretamente introduzir na lógica mercantil global qualquer espaço que ainda não estava inscrito: a educação, a saúde, a água, a energia, a terra, a compra pública, o investimento, o comércio digital, a inovação, etc., convertendo-se em alvos os quais define de maneira estratégica.

Politicamente, a ofensiva económica está necessariamente em paralelo ao dismantelamento dos mínimos democráticos ainda em vigor. Se durante a globalização neoliberal já se limitou o poder das instituições públicas, principalmente dos Estados, o novo momento crítico promove a imposição de uma espécie de constituição global, a favor das empresas transnacionais, convertidas em governo de facto por via de uma nova vaga de tratados comerciais, que finalmente instaure à escala mundial a hegemonia da *lex mercatória*. Entretanto, os Estados iriam ver amputadas as suas capacidades legislativas, executivas e judiciais, delimitando a sua atuação à desregulação em direitos e ao controlo da ordem pública. Prima-se assim a lógica securitária ao interesse geral.

Como corolário, este projeto reveste-se culturalmente de fascismo social (Santos, 2014) e, desgraçadamente, também político. As mensagens universalistas vão progressivamente dando passo a futuros excludentes, sempre afetados pelos valores do privado, do mercado e do corporativo. Fomenta-se o medo e os relatos reacionários, favorecendo uma guerra entre pobres que evite a sua articulação e agrave a dominação colonial, de classe e de género. A violência, deste modo, converte-se num elemento estrutural da nossa sociedade global, tanto como via de disciplinamento e amedrontamento, ferramenta para a acumulação num contexto de concorrência selvagem, ou inclusivamente como objetivo em si mesmo de obtenção de lucro (guerras, segurança, etc.).

6. O ASSALTO DO PODER CORPORATIVO AOS TERRITÓRIOS

Finalmente, o capitalismo do século XXI apresenta-se como um projeto agressivo, selvagem. No desespero por garantir a reprodução do capital, gere crescentes desigualdades de todo o tipo, expulsando a crescentes setores sociais; impõe uma governação corporativa, quando a democracia é mais necessária do que nunca, para enfrentar os graves problemas globais que nos rodeiam, tais como, a alteração climática, a pobreza, etc.; além disso, e por último, acresce a insustentabilidade de um sistema desenfreado. Capitalismo e vida apresentam-se ainda mais, por essa razão, como conceitos e realidades incompatíveis. Defender a vida significa, deste modo, dismantelar o capitalismo e o seu projeto em desenvolvimento.

■ O território como mercadoria: os megaprojetos

Os territórios foram convertidos em espaços estratégicos no debate entre capital e vida. Sem negar a evidência de um conflito que necessariamente se desenvolve em todas as escalas —local, estatal, regional e global—, o âmbito territorial destaca como lugar de especial relevância para a luta política, por dois motivos. Por um lado, para além de ser um lugar físico, o território é o sujeito político no qual principalmente diferentes pessoas, agentes e comunidades interatuam, cooperam e se confrontam. O espaço no qual, fundamentalmente, desenvolvemos as nossas vidas, onde esperamos satisfazer as nossas necessidades, onde depositamos as nossas expectativas, onde ensaiamos as nossas propostas e alternativas de transformação. O território evidencia-se assim, num mundo globalizado, como condição necessária, apesar de não suficiente, para todo o horizonte emancipatório.

Mas para além disso, como anteriormente referido, numerosos objetivos do capitalismo do século XXI situam-se no âmbito local. Destacamos, entre outros possíveis âmbitos, três de particular significado: *urbanismo e construção*, tanto de vivendas e edificações variadas, como de grandes infraestruturas para garantir o fluxo de comércio e investimento; *agricultura e alimentação*, eixo para o sustento da vida humana; e, em particular, os *bens naturais* —água, terra, energia, terras raras, etc.—, um dos princípios da disputa económica e geopolítica atual (Fernández, 2018b). Estes, juntamente com outros setores, como os serviços ou a compra pública, fazem do território um produto valioso, um espaço de debate que contribui para âmbitos indispensáveis tanto para a vida —neste sentido, hipotética fonte inesgotável de benefícios— como para a acumulação capitalista, num momento crítico de redução da base física e material.

Consiste numa acumulação por desapropriação (Harvey, 2005), na qual o território pretende ser arrebatado da lógica comunitária, social e/ou pública, colocando-o definitivamente ao serviço dos interesses do capital transnacional por via dos *megaprojetos*. Estes convertem-se na ferramenta principal da ofensiva corporativa transnacional no local: monocultivos agroindustriais, desertos verdes, indústria de mineração a céu aberto, aquisição de terras, portos, canais, *fracking*, licitações petrolíferas e gasíferas, capitalismo verde, infraestruturas de distribuição e logística, etc., são as principais manifestações da atuação das grandes empresas para mercantilar a seu favor os territórios.

Neste sentido, desenvolvem, com toda a intensidade, o projeto de capitalismo do século XXI: um capital transnacional que se situa acima do bem-estar das maiorias sociais e da natureza, num marco de desmantelamento democrático e ensaio de novas fórmulas de controlo social e violência. Protegidos debaixo deste guarda-chuva, os megaprojetos, apesar da sua diversidade, seguem habitualmente padrões comuns, cuja análise é fundamental na hora de implementar estratégias de resistência.

Destacamos em primeiro lugar o *secretismo* e a *opacidade* na sua implementação, tanto no que se refere a definir quem participa em última instância e quem se responsabiliza pelo megaprojeto, como a informação disponibilizada às comunidades e à cidadania. Desta maneira, as corporações habitualmente estruturam-se com base numa hidra societária bastante complexa, de formas jurídicas e nomes diferentes: sucursais, subcontratações, filiais, etc. Esta hidra oculta e/ou esbatesse a monitorização do centro operativo global que realmente toma as decisões (geralmente fora do país de execução), assim como das entidades que participam na *cadeia do megaprojeto*, a partir do financiamento até à sua implantação final. A falta de transparência dificulta, portanto, o conhecimento sobre a propriedade real e a gestão efetiva de cada iniciativa e, conseqüentemente, a repartição de responsabilidades perante os seus impactos. Além de mais, a implementação destes projetos desenvolve-se inclusivamente sem o conhecimento da cidadania. Esta pode tomar consciência do fenómeno uma vez aprovada a concessão, ou quando a execução das obras tenha iniciado, graças às cumplicidades institucionais dentro do conceito amplo de poder corporativo (câmaras municipais, organismos do Estado, províncias, departamentos, etc.).

Em segundo termo, as grandes empresas desenvolvem uma *gama ampla de estratégias*. Estas assumem formas económicas, políticas, cul-

6. O ASSALTO DO PODER CORPORATIVO AOS TERRITÓRIOS

turais e jurídicas combinando, conforme o caso, a procura de legitimação social com a repressão legal e ilegal. Desta maneira e em primeira instância, pretende-se fazer valer o relato hegemônico positivo sobre as transnacionais, para o qual se insiste na cooptação de lideranças sociais, políticas e/ou religiosas, assim como na promoção de iniciativas de assistência de todo o tipo — escolas, pequenas infraestruturas, espetáculos, etc.—, baseados na responsabilidade social corporativa e em alianças público-privadas, em certas ocasiões com a ajuda da cooperação internacional. Se fosse o caso, desenvolve-se a dinâmica de divisão na comunidade, agravando conflitos preexistentes — como por exemplo, identidades culturais ou religiosas—, ou incentivando novos debates que tentam converter a diversidade em diferença. Quando a rejeição e a resistência persistem, dá-se lugar à lógica repressiva, que combina a via legal e a criminalização da contestação — aproveitando-se da arquitetura da impunidade corporativa— com o uso direto de violência, caso se deem as condições, num marco no qual esta, como anteriormente referido, se converte em estrutural e sistêmica² (321 ativistas de direitos humanos assassinadas em 2018 segundo a Front Line Defenders, 77 % destas e destes eram militantes ecologistas).

Terceiro e último, as estratégias corporativas parecem definir-se pela sua *projeção a longo prazo*, em função dos rendimentos previstos e do investimento realizado. Assim, as grandes empresas não só desenvolvem fórmulas diversas e complementares, como também as valorizam num futuro amplo. Desta maneira, aproveitam-se da enorme assimetria de poder entre multinacionais e comunidades, apostando na erosão das resistências populares, confiando no seu esgotamento progressivo. Por sua vez, enfrentam com confiança possíveis adversidades políticas e/ou jurídicas — como a paralisação de obras por ordem judicial por não terem aprovação comunitária após uma prévia consulta, como exige o convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho relativo aos megaprojetos em territórios indígenas—, esperando que a sua incansável pressão altere no futuro correlações de forças, vontades e contextos.

-
2. A situação de Síria, Iraque, Kurdistão, México, as *ciudades modelo* de Honduras — nas quais impera apenas a governança corporativa, desaparecendo toda autoridade e legalidade pública—, ou o assassinato sistemático dos/as líderes comunitários em Colômbia — 120 em 2018, apesar dos Acordos de Paz estarem em vigor—, não são casos isolados mas um fenômeno crescente e cada vez mais extendido, diretamente vinculado em muitos casos à voracidade corporativa.

FIGURA 3. PADRÕES CORPORATIVOS DE ATUAÇÃO



Fonte: Elaboração própria.

Secretismo, opacidade, diversidade estratégica, legitimação, coerção, violência, visão longa, tendem a ser os padrões de atuação das multinacionais na sua lógica de alienação comunitária e controle social através dos megaprojetos (veja a figura 3). Estes, na sua única visão de maximização de lucros para o mercado global, geram habitualmente impactos muito prejudiciais em termos ecológicos, sociais, laborais, políticos, económicos, de deslocamentos, violência, saúde, salubridade, etc. E são, como tendo vindo a repetir, efeitos sistemáticos, não pontuais nem circunstanciais, como documentado ao longo de décadas. Parecem, portanto, incompatíveis com uma visão emancipatória dos territórios.

RESISTÊNCIAS POPULARES AOS MEGAPROJETOS: MARCO DE REFERÊNCIA

Se os megaprojetos são uma das principais manifestações locais da ofensiva corporativa no marco do conflito capital-vida, a primeira referência do nosso marco passa inevitavelmente pela exclusão destes de qualquer perspetiva legislativa, pelo menos no seu atual papel hegemónico

6. O ASSALTO DO PODER CORPORATIVO AOS TERRITÓRIOS

e sistêmico.³ Deste modo, a aposta inequívoca em favor da reprodução ampliada da vida (Jubeto, Larrañaga e Valle, 2019) implica, por um lado, descentrar a sequência que vincula estreitamente megaprojetos, capitalismo do século XXI e empresas transnacionais; por outro e, em sentido contrário, supõe evoluir no posicionamento de valores, estruturas, dinâmicas e iniciativas que se projetem sobre as características inalienáveis da vida, que defendemos e queremos manter. Uma vida que interpretamos como um fenómeno eco dependente, interdependente e diverso.

Deste modo, as resistências e as alternativas aos megaprojetos na defesa do território, não de assumir estas características como sinais de identidade do seu marco de referência. Desta maneira, se a vida é vulnerável e se desenvolve em eco dependência, os limites físicos do planeta e dos ecossistemas que habitamos convertem-se em premissas para qualquer processo de transformação, que necessariamente deve projetar-se de maneira decidida contra a alteração climática e em favor da transformação radical da matriz económica dum capitalismo insustentável. Se a vida é interdependente, o bem comum deve ser prioridade frente ao privado. A democracia real torna-se, portanto, condição necessária para garantir uma tomada de decisões que cresça neste futuro coletivo, com base a novas redefinições da soberania popular desde o local ao global. Por último, se a vida é diversa, é preciso que qualquer processo de transformação a reconheça, a explicita e a protagonize. Ao mesmo tempo que enfrenta o desafio de a articular, garantindo universalidade e singularidade (Pérez Orozco, 2014) numa lógica que combina a igualdade com a reversão das mais que evidentes assimetrias de ser, poder e saber por motivos de classe, género, raça/etnia, sexo, etc.

Sustentabilidade, bem comum, democracia, diversidade e igualdade convertem-se, assim, nas primeiras categorias do nosso marco frente aos megapro-

3. Definimos neste sentido um futuro de emancipação onde não existem megaprojetos, pelo menos não num papel hegemónico dentro do sistema económico global, tendo deste modo em consideração a possibilidade de que certas iniciativas económicas requerem um tamanho e envergadura maior por motivos de escala. Contudo, as transições para esse horizonte referido devem inscrever-se numa análise mais complexa, na qual devemos valorizar criticamente cada situação e posição geopolítica e económica, o carácter privado ou público da iniciativa e a sua função social, a sua relação com a sustentabilidade, a democracia, a justiça, etc. Propomos portanto um ponto de chegada sem megaprojetos como instrumento hegemónico e uma transição mais complexa com base em múltiplas variáveis.

jetos. Para evoluir nesta perspectiva legislativa, os principais sujeitos de resistência no território — povos, comunidades e movimentos sociais — desenvolvem prioritariamente uma série de *capacidades coletivas* (Dubois, 2019), que constituem o núcleo do marco de referência proposto.

Estas surgem da análise das necessidades da atual discussão com os agentes, programas e ferramentas protagonistas do contexto global — poder corporativo, capitalismo do século XXI, megaprojetos —, mas também estão afetadas por conceitos importantes das *epistemologias do sul* (Cunha e Casimiro, 2019): nascem da voz e do protagonismo das maiorias populares, especialmente daquelas que costumam ter um caráter subalterno e menorizado dentro destas, como mulheres, indígenas, camponesas, etc., com base na sistematização das suas lutas e rebeldias⁴ (*sociologia das ausências*); valorizando os conhecimentos, as iniciativas e os processos impulsionados por estas mulheres, a partir de uma perspectiva dinâmica que permita identificar tendências de futuro — o que todavia não —. Analisando, deste modo, as condições de probabilidade da esperança (Santos, 2014), assim como os princípios de ação que promovam a realização dessas condições (*sociologia das emergências*); e favoreçam o diálogo, numa última instância, entre contextos, abordagens, programas e sujeitos diversos, traduzindo estes num acumulado coletivo de aprendizagens de todo o tipo, fundamentalmente populares (*ecologia de conhecimentos*).

Partindo destas bases, propomos de seguida o núcleo central do nosso marco de referência.

■ Em defesa da vida e do território: transição, inclusividade, resiliência

O nosso marco, para as resistências populares frente aos megaprojetos, finaliza-se com a seleção de três capacidades coletivas. Por suposto que existem muitas outras relevantes. Contudo, atualmente, destacamos as que consideramos estratégicas para propor o debate contra a ofensiva corporativa nos territórios: capacidade para desenvolver abordagens de transição; capacidade para incentivar visões inclusivas; e capacidade de fortalecer a resiliência do movimento popular.

Assumir qualquer estratégia de transformação, a partir de uma *abordagem de transição* para outras formas de organização social antagónicas às vigentes, converte-se atualmente num imperativo. Caso queira-

4. Um programa de luta contra o poder corporativo, baseado em 30 experiências concretas desenvolvidas tanto na Europa como na América Latina, pode ser encontrada em Fernández (2016a).

6. O ASSALTO DO PODER CORPORATIVO AOS TERRITÓRIOS

mos superar este momento crítico, que põe em risco a vida tal e como a conhecemos, devemos transcender o limitado marco do possível, o *statu quo* vigente, prefigurando e implementando alternativas que vão fornecendo diretrizes para descentrar os mercados capitalistas e as grandes empresas. O principal desafio em assumir uma abordagem de transição é portanto o de responder às necessidades imediatas e urgentes das maiorias populares, ao mesmo tempo que implementamos no quotidiano práticas, relatos e sentidos numa perspetiva legislativa, alternativa ao hegemónico da atualidade. Finalmente, leva-nos a evitar quer possibilismos sustentados por uma vã retórica, num extremo, quer vanguardismos sem enraizamento popular, no outro.

As implicações de assumir esta prioridade no nosso marco de referência são múltiplas. Em primeiro lugar, considera a necessidade de partir *do quotidiano*, das repercussões dos megaprojetos nas vidas concretas da comunidade, assim como das respostas e alternativas que esta impulsiona. Apenas as resistências que respondem diretamente à alienação são capazes de manter-se frente aos sinais de alarme e ao poder das empresas transnacionais. Em segundo lugar, a prática de uma resistência em transição deve complementar-se com *relatos* que, para além de explicarem com clareza os eventuais efeitos da iniciativa empresarial, definem igualmente caminhos alternativos, concretos e reais, que impulsionam estratégias de transição energética, económica, política, cultural, etc., a partir de princípios emancipatórios. Prática e relato, resistência e proposta devem ir, sempre que possível, a par e sempre ao ritmo popular e coletivo. Terceiro e último, no contexto crítico atual, não existe desenvolvimento em termos de transição, sem *confrontação*. A intensidade do poder corporativo e a visão violenta do seu projeto de capitalismo do século XXI, obriga a integrar na equação iniciativas e propostas radicais, desobedientes, disruptivas, que não evitem a discussão direta — e pacífica — com as grandes empresas. Sem por isso evitar possíveis espaços de concertação, quando se deem as circunstâncias.

Desenvolvemos no nosso marco de referência, somando à abordagem de transição, a capacidade coletiva de *inclusão de programas, de agentes e de escalas*. Explicávamos previamente que na génese da ofensiva capitalista encontra-se o fomento de lógicas individualistas, atomizadoras, excludentes e indolentes, enquanto os padrões empresariais de atuação baseiam-se no secretismo e na opacidade. Fazer frente à referida ofensiva a partir de programas comuns que articulem a diversidade, é também uma prioridade estratégica uma vez que, deste modo, reforça-se a proposta e a base sociopolítica de apoio frente aos megaprojetos.

Falamos de inclusividade no marco de um conflito capital-vida, que assume em todo o caso a existência de pessoas, estruturas e dinâmicas que se encontram em posições antagónicas e com as quais é necessário confrontar. A partir desta premissa, o nosso marco estabelece a necessidade de somar o maior número de vontades em prol de programas comuns na defesa da vida e do território.⁵

Entendemos programas inclusivos, como anteriormente indicado, em três perspetivas. A primeira refere-se às *propostas teórico políticas*. Atualmente, frente a visões unidimensionais e setoriais, é-nos exigido um esforço real por intersetar marcos teóricos políticos num horizonte normativo amplo —como o proposto neste capítulo—, que enfrentem os principais sistemas de dominação —capitalismo, hetero-subordinado, poder colonial—, e que deem voz e protagonismo aos setores subalternos. A inclusividade preconiza assim implementar o debate frente a um megaprojeto, com base na intersecção das visões anticapitalista, ecofeminista, descolonial, democrática, da soberania alimentária, etc. Não como um simples agregado de termos ou uma miscelânea conceptual, mas sob a premissa do contágio, da porosidade, da procura de vínculos comuns e complementaridades. A segunda perspetiva vincula-se com a capacidade de aglutinar *agentes diversos no território*. Caso se dessem as condições, para além da articulação de diferentes setores populares, a soma de *outros agentes* institucionais, comunicativos e/ou académicos, fortaleceria o programa e a estratégia, proporcionando cada qual em função da sua identidade e das suas capacidades. A *inclusão de escalas*, do local ao global, refere-se à terceira e última perspetiva. Da mesma forma que a cadeia de megaprojeto costuma ter uma lógica global —centro operativo, financiamento, execução, etc.—, é importante gerar propostas que incluam agentes de diversa índole nos países sede das empresas responsáveis da referida cadeia, como via de incidência à escala

5. O conflito capital-vida não pode interpretar-se de maneira estritamente dicotómica, como o debate entre uma série de grandes empresas etéreas, por um lado, e a sociedade em geral, pelo outro. Pelo contrário, tanto o programa hegemónico como as alternativas em defesa da vida estão encarnadas por pessoas, são nomes e apelidos os que estão por detrás de todas elas. Inclusivamente inscrito na luta contra o capital existem propostas diferentes, que assumem em maior ou menor medida a ecodependência, interdependência e diversidade vital. A definição neste sentido de sujeitos políticos no conflito capital-vida não é portanto um exercício simples. Em todo o caso e frente a quem explicitamente se posiciona a favor do programa hegemónico, o nosso marco de referência implica o desafio de incluir o máximo possível de programas e agentes, desde o local ao global.

6. O ASSALTO DO PODER CORPORATIVO AOS TERRITÓRIOS

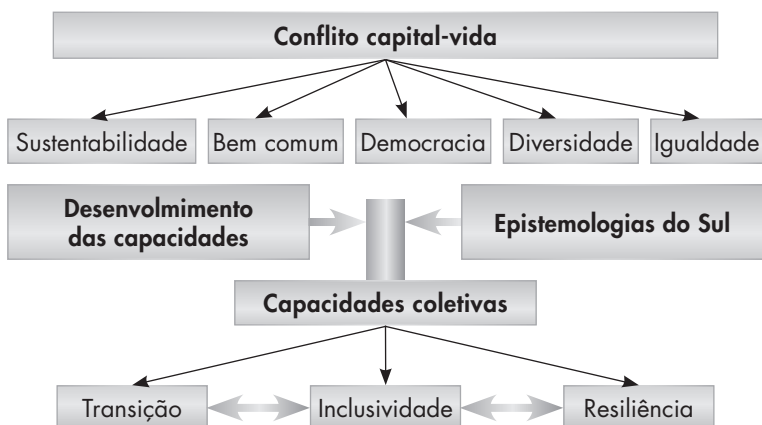
mundial. Deste modo, o debate é muito mais efetivo ao explicitar-se a cadeia de responsabilidades e ao pressionar-se desde múltiplos pontos.

Concluimos o nosso marco de referência com a aposta de ter a capacidade de manter e fortalecer a *resiliência do conjunto do movimento popular* enfrentado ao megaprojeto. Comentávamos que as grandes empresas fazem valer o seu poder, não só em intensidade e multidimensionalidade, como também no tempo. A resiliência, isto é, a capacidade para resistir e adaptar-se a novos contextos e circunstâncias em transformação, torna-se chave num debate que se projeta a longo prazo em muitos casos. Especialmente perante adversários com bastantes forças superiores.

Resiliência popular implica, em primeiro lugar, ampliar e explicitar a base social de rejeição a estes. Em coerência com os programas inclusivos, as estratégias que se desenvolvam deveriam ser profundamente *democráticas*, situando a participação diversa e de qualidade como valor do conjunto do processo. Desenvolver desta maneira experiências de democracia direta, assim como de elaboração coletiva de planos, programas e propostas, consolidam e reforçam as bases de apoio e a coesão interna. Em segundo lugar, a resiliência também está vinculada à capacidade de manter uma *estratégia diversificada*, multidimensional. Deste modo, é importante combinar a ação local com a internacional; a interna com a externa —mediática, institucional—; a disruptiva —tomadas, mobilizações, etc.— com os espaços de concertação; o político e o cultural com o mais técnico e jurídico —estudos, investigações, denúncias—. Finalmente, o debate há de implementar-se com uma *visão longa*, evitando o desgaste próprio e procurando antecipar-se ao movimento do adversário. Neste sentido, são objetivos fundamentais manter tanto a coesão no interior do movimento como a pressão social, política e mediática.

Finalmente, o nosso marco de referência situa a sustentabilidade, o bem comum, a democracia, a diversidade e a igualdade como futuro. Definimos por sua vez e já em referência aos megaprojetos, uma série de capacidades que nos permitem seguir no mesmo: transição, inclusividade e resiliência, afetadas pelas epistemologias do sul como um valor acrescido (veja a figura 4). Defendemos deste modo resistências populares que tenham uma abordagem que deriva do quotidiano, mas que audazmente se projetem em propostas alternativas de organizar a vida, sem evitar a necessária confrontação; para integrar e intersetar programas e sujeitos através da escala local-estatal-regional-global; e que desenvolvam estratégias multidimensionais e com uma visão a longo prazo, sempre a partir de uma participação popular ativa e de qualidade.

FIGURA 4. MARCO DE REFERÊNCIA



Fonte: Elaboração própria.

RESISTÊNCIAS POPULARES AOS MEGAPROJETOS: PRINCÍPIOS POLÍTICOS

O nosso marco de referência deriva de maneira natural numa série de princípios que consideramos estratégicos no momento de estabelecer as resistências aos megaprojetos. Muitas são as casuísticas, bastante diversos os contextos, ampla a tipologia de iniciativas corporativas. Em todo o caso, cremos que é preciso assentar a contenda política em defesa da vida e do território sobre alguns pilares comuns —em absolutos dogmas—, que nos ajudem a analisar, a dirigir, a manter e a ampliar as lutas. Finalmente, as referências que emergem da análise crítica do momento em que vivemos e de uma história impregnada de resistências populares, mas que indubitavelmente devemos adaptar e contextualizar em cada caso específico.

Deste modo, as conotações de transição, inclusividade e resiliência que assumimos no parágrafo anterior, dão lugar a *10 princípios políticos* que completam a nossa proposta. A título pedagógico, reordenamos estas em dois âmbitos complementares: agenda, por um lado e estratégia, pelo outro. Por *agenda* entendemos o relato sobre o que sustem a resistência ao megaprojeto. Deste modo, incluí tanto o diagnóstico

6. O ASSALTO DO PODER CORPORATIVO AOS TERRITÓRIOS

da situação —radiografia do contexto, o mapa de atores, a indicação de impactos e responsabilidades—, como também a narrativa proposta como caminho alternativo pelos setores populares frente à iniciativa corporativa. Por *estratégia* entendemos a sequência política de marcos, processos e ações que o movimento social impulsiona para desenvolver a seu agenda. O desenvolvimento, neste sentido, da resistência na práxis e no tempo.

Diferenciamos entre agenda (*o quê*) e estratégia (*como e quem*) com o desejo de que se visualize a importância de ambas as categorias dentro de uma lógica comum que combina relato e prática, futuro e presente, proposta e sujeito. Deste modo, não as podemos analisar isoladamente. Mas não podemos, igualmente, incluir uma na outra. Assim, não existe qualquer estratégia que não se apoie sobre alguns pilares teóricos, políticos, culturais e comunicativos. Nem, pelo contrário, agenda alguma que não precise de processos, agentes e múltiplas iniciativas concatenadas para se desenvolver.

Partindo desta premissa, expomos em seguida, os 10 princípios políticos priorizados, acompanhados com exemplos em rodapé de experiências com êxito de resistência às grandes corporações.⁶

Respeito à *agenda*, destacamos os seguintes princípios:

1. *Partir do cotidiano.*⁷ Os programas enraizados na comunidade, que vinculam o megaprojeto com a quotidianidade das vidas das maiorias populares, baseiam-se sobre bases mais firmes. A proposta política deveria assentar portanto sobre o concreto, sobre os impactos previstos no território, nos corpos vulneráveis de quem os habita, na afetação à base material e cultural das vidas que constituem a

6. Não nos extendemos mais que num breve exemplo para cada princípio uma vez que, entendemos que a caixa de recursos e ferramentas do seguinte artigo contém uma análise mais sistemática de experiências e processos, que avalia a seleção de princípios realizada.

7. Um dos princípios do êxito da revolta popular conhecida como *guerra da água* (Cochabamba, 2006) frente à sua privatização por parte da empresa Betchtel, foi a capacidade de gerar um programa muito concreto articulado à volta dos impactos previstos no processo. Estes não se centraram exclusivamente no aumento abusivo das tarifas, mas também abundaram nas consequências sobre as e os responsáveis e, de um modo geral, sobre o uso e usufruto dos espaços comuns tais como rios, poços, também estes afetados pela privatização.

comunidade. O relato que lhe dá forma, por sua vez, caracterizar-se-ia em coerência pela sua simplicidade, por ser compreensível e pedagógico, assumindo o desafio de explicar fenômenos que transcendem o local a partir de um prisma territorial.

2. *Posicionar uma narrativa própria na lógica positiva.*⁸ O relato impulsionado, para além de partir do quotidiano, tem mais probabilidades de obter legitimidade popular se se construir não só em negativo —desmantelar o megaprojeto—, como também em positivo —proposta alternativa—. É importante deste modo contar com um caminho no qual percorrer, um futuro simultaneamente emancipador e viável, que permita abrir caminho frente à omnipresença corporativa e à sua lógica de que não existe alternativa.
3. *Elaborar uma proposta interseccional.*⁹ Os programas que se gerem a partir da intersecção de visões e das abordagens, enriquecem o conteúdo da proposta popular, ao mesmo tempo que possibilitam ampliar a base de apoio à mesma. Neste sentido, tanto o diagnóstico da situação e dos possíveis impactos do megaprojeto, como a narrativa alternativa ao mesmo, deveriam partir de marcos de referência inclusivos, que favoreçam a articulação da unidade na diversidade, sem por isso deixar de explicitar assimetrias entre sujeitos e vários setores.
4. *Defender uma alternativa radical.*¹⁰ A agressividade da ofensiva mercantilizatória conduz-nos a aceitar o desafio de sair do limitado marco

8. A paralização definitiva da construção do novo aeroporto de Nantes em 2018, foi apenas possível após uma luta suportada durante uma década por múltiplos movimentos sociais, que elaboraram uma proposta comunitária para as 1650 hectares expropriados para o megaprojeto, baseada na agricultura ecológica e espaços comunitários.

9. O programa da soberania alimentária como proposta alternativa teve especial relevo político após o Forum Global Nyeleni, organizado em 2007 no Mali. Este foi um esforço coletivo articulado, não só dos camponeses à volta da Via Camponesa, como também do movimento feminista (Manifesto Mundial das Mulheres) e ecologista (Amig@s da Terra).

10. A repercussão da tomada de terras públicas e corporativas (como em Jódar, frente à monopolização de terras do BBVA) por parte do Sindicato Andaluz de Trabalhadores e Trabalhadoras (SAT) multiplica-se exponencialmente quando acompanhada de uma proposta alternativa (Património Agrário Andaluz), que promove destinar 4 % do orçamento público anual na compra pública de terras, com o objetivo de a destinar para o usufruto de cooperativas populares e entidades da economia solidária. Estas por sua vez, alimentariam o Património através de um Fundo Andaluz Antilatifundista.

6. O ASSALTO DO PODER CORPORATIVO AOS TERRITÓRIOS

do possível, a partir de programas radicais, que descentrem os mercados e as grandes empresas. Se o conflito capital-vida se intensifica, a aposta pela defesa da vida deve ser firme, prefigurando um futuro baseado em valores, estruturas e dinâmicas antagônicas às vigentes.

Respetivamente à *estratégia*, priorizamos os seguintes princípios:

5. *Impulsionar a democracia direta e participativa.*¹¹ A única garantia de elaborar um programa enraizado no movimento popular, de manter e ampliar a base de apoio, bem como de incidir de forma política e mediática, é através de uma estratégia que posiciona a democracia como um importante valor. Deste modo, a participação ativa, diversa e de qualidade, bem como a informação e a comunicação transparente e constante, deveriam ser princípios da atuação do processo de luta. Por sua vez, a aposta nos inquéritos, conselhos, referendos, etc., sobre o megaprojeto —preferencialmente com o apoio e amparo institucional, mas também se este não se realizar— convertem-se em marco estratégico para unificar e ativar a comunidade, ao mesmo tempo que multiplica a potencialidade da estratégia de resistência.
6. *Desenvolver um processo de resistência multissetorial.*¹² O movimento popular e comunitário fortalece-se quando propõe um processo de luta integral, que aborde a contenda política em toda a sua magnitude. Defender a vida na sua diversidade, eco dependência e interdependência.

11. O inquérito popular realizado em Sipakapa (Guatemala, 2005) frente ao megaprojeto de indústrias minéreas a céu aberto (Mina Marlin, da empresa Goldcorp) conseguiu paralizá-lo, deixando a sua situação jurídico-legal num limbo. Perante este facto, o projeto continua nos municípios vizinhos ao mesmo tempo que, o poder corporativo pressiona para a aprovação de uma lei sobre inquéritos que desvirtue o convénio 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

12. No istmo de Tehuantepec múltiplas empresas —entre elas Iberdrola— estão a desenvolver um megaprojeto de energia eólica em várias fases, no qual se detetaram abusos na compra de terra aos e às camponesas, incumprimento do convénio 169 da OIT, etc. A articulação social gerada no Istmo desenvolve uma estratégia diversa, que se fortalece ao unir-se à via jurídica (defesa dos camponeses enganados, exigência da necessidade de inquérito prévio), a aposta por lógicas autogestionárias (defesa do território, fortalecimento da autonomia das comunidades), assim como a incidência internacional respeito às empresas que participam na iniciativa.

dência; enfrentar-se a um poder corporativo que abrange o espectro completo da organização social; resistir ao embate de empresas poderosas e com padrões muito amplos de atuação, exige uma resposta contundente em termos multissetoriais. Assim, a construção de um relato comum, a informação clara e transparente, a comunicação, a mobilização social, a incidência, as alianças estatais e internacionais, a pressão institucional, a via jurídica, etc., são linhas que deveriam enredar-se, sempre que possível, em processos articulados de resistência.

7. *Garantir condições para uma discussão a longo prazo.*¹³ Quando o debate se projeta no tempo —sobretudo se este for muito assimétrico em termos de poder—, deveria realizar-se uma análise permanente do equilíbrio entre objetivos e capacidades, com o objetivo último de manter uma estratégia que tensione pacificamente o conflito, aumentando o espaço do programa popular e ampliando a sua base de apoio. De maneira complementar, a estratégia popular desenvolve quando se antecipa a uns padrões corporativos que, como anteriormente referido, combinam a visão de futuro, a procura de consentimento, a criminalização do protesto e, inclusivamente, violência direta. Deste modo, contar com a capacidade proativa para ativar processos na lógica multissetorial exposta no ponto anterior, ao mesmo tempo que se garantem sempre que possível condições ótimas para manter o debate no tempo (caixas de resistência, cobertura jurídica, espaços democráticos para a coesão interna, ampla rede de alianças, etc.), torna-se fundamental.
8. *Combinar concertação com práticas disruptivas e desobedientes.*¹⁴ Programas radicais, que ampliam o marco do possível, guardam uma estreita

13. Muitas das experiências de êxito comentadas souberam resistir e ser resilientes, graças ao manter a coesão interna e ao ampliar o foco mediático e político do seu programa. Assim se demonstra na luta contra o aeroporto em Nantes, ou no caso da luta do COPINH (Conselho Cívico das Organizações Populares e Indígenas de Honduras) frente ao projeto hidroeléctrico Agua Zarca (Honduras) da empresa DESA, cuja pressão ao longo dos anos se manteve —apesar dos assassinatos de 5 militantes—, conseguindo paralisar o projeto.

14. O caso mediático anteriormente referido de Agua Zarca, fruto do qual assassinaram a Berta Cáceres, conjugou ações de concertação e diálogo com outras mais disruptivas como a manifestação permanente às portas da obra, quando se verificou a escassa vontade corporativa de negociação. Isto permitiu ampliar o marco da contenda política ao nível estatal e internacional.

6. O ASSALTO DO PODER CORPORATIVO AOS TERRITÓRIOS

relação com estratégias disruptivas e desobedientes, que amplifiquem o foco de incidência. Deste modo grandes mobilizações, manifestações pacíficas e permanentes que impeçam obras ilegais e/ou ilegítimas, a tomada de espaços públicos e corporativos, a realização de inquéritos comunitários e/ou sociais, etc., poderiam contribuir positivamente na resistência ao megaprojeto, caso se desenvolvam com audácia junto a outras iniciativas de diálogo e de concertação.

9. *Reunir agentes diversos.*¹⁵ A dimensão e intensidade do debate frente a empresas poderosas e opacas obriga necessariamente não só, a unir-se ao movimento popular diverso, como também a somar a outros agentes que, desde a sua identidade, contribuem ao programa e à estratégia comum. Neste sentido destacamos a estratégica participação do mundo académico e/ou da investigação social — fortalecendo a narrativa popular e confrontando-a com a empresarial—; de meios de comunicação —multiplicando o foco mediático—; de cargos públicos —que monitorizem a estratégia institucional—; e de juristas —que desenvolvam vias legais de debate e defesa comunitária—.
10. *Ampliar a lógica de aliança e incidência em princípio local-global.*¹⁶ A incidência e a resposta social ampliam a sua voz e multiplica o espaço de resistência se esta não se circunscreve ao lugar da implementação do megaprojeto, mas que se articula, igualmente, nos territórios que compõem a hidra corporativa do megaprojeto. Neste sentido,

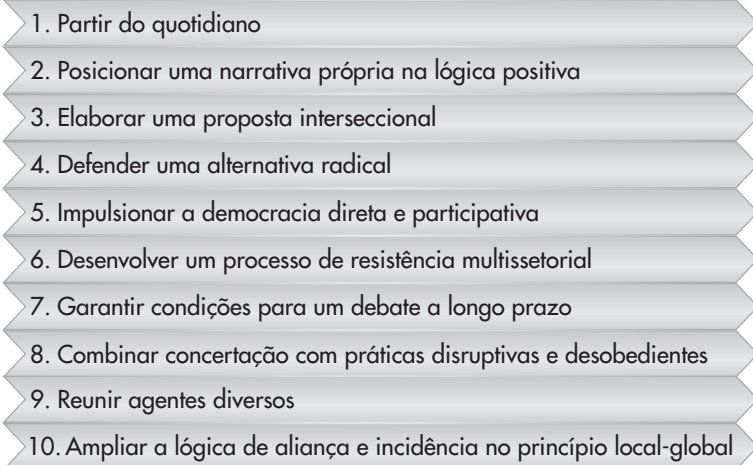
15. A *guerra da água* anteriormente referida conseguiu unir na mobilização e programa social a muitos diferentes setores da população enfrentados à privatização da água. Além da conjunção de cidadãos e cidadanas, responsáveis, camponeses, mestres e mestras, foi possível contar com a participação da universidade —importante para elaborar estudos de impacto— e dos meios de comunicação locais e estatais, que deram espaço mediático à revolta popular.

16. Com relação à transnacional brasileira VALE, que opera em 33 países, articulou-se uma aliança internacional de afetados e afetadas pela empresa. Isto amplia o impacto internacional da sua incidência, desde uma lógica de diversidade a qual agrega os esforços de sindicatos canadenses, de organizações sociais e de ecologistas brasileiras e de comunidades de Moçambique. Por sua vez, a luta do COPIHN, frente ao projeto da Agua Zarca, anteriormente referido, teve êxito quando a incidência atingiu quem financiava o projeto, no caso europeu o Banco Holandês de Desenvolvimento (FMO) e o Fundo Finlandês para a Cooperação Industrial (FINNFUND), que deixaram de financiar perante o escândalo dos assassinatos.

a aliança com agentes sociais, políticos e mediáticos dos territórios sede das empresas que participam a partir do financiamento até à implementação, ajuda a fortalecer a contestação, o programa e a estratégia, ampliando as fissuras corporativas.

A Figura 5 resume os princípios políticos que acabamos de detalhar.

FIGURA 5. **PRINCÍPIOS POLÍTICOS**

- 
1. Partir do quotidiano
 2. Posicionar uma narrativa própria na lógica positiva
 3. Elaborar uma proposta interseccional
 4. Defender uma alternativa radical
 5. Impulsionar a democracia direta e participativa
 6. Desenvolver um processo de resistência multisetorial
 7. Garantir condições para um debate a longo prazo
 8. Combinar concertação com práticas disruptivas e desobedientes
 9. Reunir agentes diversos
 10. Ampliar a lógica de aliança e incidência no princípio local-global

Fonte: *Elaboração própria.*

Finalmente, defendemos a elaboração de programas de resistência enraizados na comunidade, mantidos no popular, mas que por sua vez sejam capazes de implementar uma narrativa alternativa, inclusiva e radical, que permita não só dismantlar o megaprojeto, como também de transitar a formas mais justas, equitativas, habitáveis de organizar a sociedade. Em conformidade, defendemos o impulso de estratégias políticas multisetoriais, resilientes e profundamente democráticas, onde o peso das alianças com agentes diversos, na lógica local-global, converte-se num eixo estratégico.

Sendo este o futuro, o corolário desta proposta de resistência popular aos megaprojetos finaliza com a aposta pela *audácia*. Uma audácia que, em cada momento e contexto, permite combinar estes e outros princípios em função do desenvolvimento da contenda política; que

6. O ASSALTO DO PODER CORPORATIVO AOS TERRITÓRIOS

possibilite a planificação, a modificação, o retirar e o desenvolvimento num debate assimétrico e complexo, mas no qual não podemos desistir em defesa da vida e do território.

BIBLIOGRAFÍA

- CUNHA, Teresa, e Isabel CASIMIRO (2019): «Epistemologias do Sul e alternativas feministas de vida. As Cinderelas do nosso Moçambique querem falar», em Jokin ALBERDI, Isabel CASIMIRO, Teresa CUNHA, Alfonso DUBOIS, Gonzalo FERNÁNDEZ, Yolanda JUBETO, Mertxe LARRAÑAGA, María OIANGUREN e Luísa de Pinho VALLE: *Territórios em conflito. Chaves para a construção de alternativas de vida*, Gernika-Lumo, Gernika Gogoratu.
- DUBOIS, Alfonso (2019): «A proposta alternativa a partir da abordagem das capacidades. Conceitos e quadro de análise», em Jokin ALBERDI, Isabel CASIMIRO, Teresa CUNHA, Alfonso DUBOIS, Gonzalo FERNÁNDEZ, Yolanda JUBETO, Mertxe LARRAÑAGA, María OIANGUREN e Luísa de Pinho VALLE: *Territórios em conflito. Chaves para a construção de alternativas de vida*, Gernika-Lumo, Gernika Gogoratu.
- FERNÁNDEZ, Gonzalo (2016a): *Alternativas al poder corporativo. 20 propuestas para una agenda de transición en disputa con las empresas transnacionales*, Barcelona, Icaria. Disponível em <<http://omal.info/spip.php?article8131>>.
- (2016b): *Alternativas para dismantelar el poder corporativo. Recomendaciones para gobiernos, movimientos y ciudadanía*, Bilbao, Hegoa (UPV/EHU). Disponível em <<http://omal.info/spip.php?article8246>>.
- (2018a): *Mercado o democracia. Los tratados comerciales en el capitalismo del siglo XXI*, Barcelona, Icaria.
- (2018b): «De la guerra comercial a la guerra económica global», *El Salto*, 23/11/2018. Disponível em <<https://www.elsaltodiario.com/una-de-las-nuestras/guerra-economica-global>>.
- GLOBAL JUSTICE NOW (2016): «Archivo de datos sobre pueblos frente a corporaciones». Disponível em <https://www.globaljustice.org.uk/sites/default/files/files/resources/corporations_vs_governments_final.pdf>.

TERRITÓRIOS EM CONFLITO

HARVEY, David (2005): *El nuevo imperialismo, acumulación por desposesión*, Buenos Aires, CLACSO. Disponível em <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20130702120830/harvey.pdf>>.

HERNÁNDEZ, Juan, e Pedro RAMIRO (2015): *Contra la 'lex mercatoria'. Propuestas y alternativas para dismantelar el poder de las empresas transnacionales*, Barcelona, Icaria.

JUBETO, Yolanda, Mertxe LARRAÑAGA y Luísa de Pinho VALLE (2019): «Propostas feministas pela despatriarcalização e descolonização dos territórios e a favor da red da vida», em Jokin ALBERDI, Isabel CASIMIRO, Teresa CUNHA, Alfonso DUBOIS, Gonzalo FERNÁNDEZ, Yolanda JUBETO, Mertxe LARRAÑAGA, María OIANGUREN e Luísa de Pinho VALLE: *Territórios em conflito. Chaves para a construção de alternativas de vida*, Gernika-Lumo, Gernika Gogoratuz.

OCDE (ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICOS) (2014): *Policy Challenges for the Next 50 Years* (OECD Economic Policy Papers, 9).

PÉREZ OROZCO, Amaia (2014): *Subversión feminista de la economía. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida*, Madrid, Traficantes de Sueños.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2014): «Más allá del pensamiento abismal: de las líneas globales a una ecología de saberes», em Boaventura de Sousa SANTOS e María Paula MENESES: *Epistemologías del Sur (Perspectivas)*, Madrid, Akal.

FERRAMENTAS E RECURSOS

Seguidamente expomos uma série de ferramentas e recursos que reforcem o nosso marco de referência e proposta política. Ordenamos estes em função do elo condutor deste próprio capítulo. Iniciaremos por aqueles que se relacionam com o poder corporativo e o seu projeto de capitalismo do século XXI; seguiremos por aqueles que incidem nos impactos dos megaprojetos nos territórios para, finalmente, aprofundar nos marcos, propostas e experiências de resistência e construção de alternativas ao poder corporativo.

6. O ASSALTO DO PODER CORPORATIVO AOS TERRITÓRIOS

■ Respetivamente à análise do poder corporativo e do seu projeto de capitalismo do século XXI, destacamos de maneira particular os dois livros seguintes:

FERNÁNDEZ, Gonzalo (2018): *Mercado o democracia. Los tratados comerciales en el capitalismo del siglo XXI*, Barcelona, Icaria.

HERNÁNDEZ, Juan, e Pedro RAMIRO (2015): *Contra la 'lex mercatoria'. Propuestas y alternativas para dismantelar el poder de las empresas transnacionales*, Barcelona, Icaria.

Completaríamos a leitura dos mesmos com dois vídeos que nos permitem analisar o poder integral articulado ao redor de grandes empresas e dos seus impactos sobre as maiorias sociais:

OMAL (OBSERVATORIO DE MULTINACIONALES EN AMÉRICA LATINA)
(2017a): *¿Adónde va el capitalismo español? (1.ª parte): Las empresas transnacionales en el capitalismo global*, OMAL e Intermedia Producciones. Disponível em <<http://omal.info/spip.php?article8591>>.
— (2017b): *¿Adónde va el capitalismo español? (2.ª parte): La arquitectura jurídica de la impunidad*, OMAL e Intermedia Producciones. Disponível em <<http://omal.info/spip.php?article8594>>.

■ Com respeito ao estudo dos megaprojetos como ferramenta fundamental no ataque corporativo aos territórios, consideramos múltiplos relatórios, como as iniciativas de mapeamento dos impactos sociais, ambientais e culturais destas companhias que puseram em funcionamento o Observatório Latino-americano de Geopolítica (OLAG), o Grupo ETC, GRAIN ou o Observatório da Dívida na Globalização (ODG), tal como as investigações específicas sobre países, empresas e setores económicos que levaram a cabo a Campanha Roupas Limpas, Engenheiros sem Fronteiras, o Centro de Estudos pela Paz JM Delàs, Ecologistas em Ação ou o Observatório de Multinacionais na América Latina (OMAL)-Paz com Dignidade. No entanto destacamos:

CECEÑA, Ana Esther, e Raúl ORNELAS (coords.) (2017): *Chevron, paradigma de la catástrofe civilizatoria*, Madrid, Siglo XXI.

RAMIRO, Pedro, e Erika GONZÁLEZ (2016): *Empresas energéticas y vulneración de los derechos humanos*, GUE/NGL (Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica), Grupo Parlamentar Europeu. Disponível em <<http://omal.info/spip.php?article8181>>.

UHARTE, Luis Miguel (2012): *Las multinacionales en el siglo XXI: impactos múltiples. El caso de Iberdrola en México y en Brasil*, Madrid, 2015 y más.

A partir de uma abordagem mais visual, recomendamos o seguinte documentário:

PAZ CON DIGNIDAD-OMAL (2010): *Defensora*. Disponível em <<http://www.pazcondignidad.org/blog/defensora-documental/>>.

■ Finalmente e, relativamente a alternativas ao poder corporativo, destacamos especificamente os seguintes livros e relatórios:

FERNÁNDEZ, Gonzalo (2016a): *Alternativas al poder corporativo. 20 propuestas para una agenda de transición en disputa con las empresas transnacionales*, Barcelona, Icaria. Disponível em <<http://omal.info/spip.php?article8131>>.

— (2016b): *Alternativas para dismantelar el poder corporativo. Recomendaciones para gobiernos, movimientos y ciudadanía*, Bilbao, Hegoa (UPV/EHU). Disponível em <<http://omal.info/spip.php?article8246>>.

PÉREZ, Zaloa (2016): *Transformando los territorios desde la economía solidaria. Herramientas para el impulso de políticas públicas locales*, Bilbao, REAS Euskadi. Disponível em <http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-5279_es.html>.

PIRIS, Silvia (2015): *Sembrando soberanías para otros modelos de vida en Euskal Herria. Algunas propuestas para la construcción de políticas públicas locales desde la soberanía alimentaria*, EHNE Bizkaia e Bizilur. Disponível em <https://issuu.com/elikaherriaelikaduraburujabetza/docs/politicas_publicas/3>.

RAMIRO, Pedro, e Gonzalo FERNÁNDEZ (eds.) (2015): «Propuestas y resistencias al poder de las empresas transnacionales»,

6. O ASSALTO DO PODER CORPORATIVO AOS TERRITÓRIOS

Lan Harremanak, 33. Disponible en <<https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/423384>>.

Assim como o vídeo:

OMAL (2017): ¿Adónde va el capitalismo español? Alternativas al poder corporativo. Disponível em <<http://omal.info/spip.php?article8642>>.

